

# NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E A ESCOLA DA FÁBRICA RHEINGANTZ

ROGÉRIO PIVA DA SILVA<sup>\*</sup>  
MÁRCIA ALONSO PIVA DA SILVA<sup>\*\*</sup>

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns resultados de um estudo ainda embrionário sobre a história da educação no município do Rio Grande e a escola da fábrica Rheingantz. Assim, concentrou-se nos métodos bibliográfico e exploratório com abordagem qualitativa. Como primeiro resultado, pode-se afirmar que o limiar do processo educativo no município data do final no século XVIII, com a aula de primeiras letras do professor Manoel Simões Xavier. Entretanto, até meados do século XIX, menos de 2% da população da cidade tinha acesso ao ensino. Por outro lado, em 1881, foi fundada a escola da fábrica Rheingantz, primeira do gênero no Estado, inicialmente para os funcionários menores de idade, posteriormente, permitiu a matrícula dos filhos de funcionários com menos de 13 anos e, à noite, mantinha aulas para os adultos, proporcionando educação a várias gerações.

**Palavras-chave:** História da Educação; Rheingantz; Rio Grande.

## ABSTRACT

### INTRODUCTION NOTES ABOUT THE HISTORY OF EDUCATION IN RIO GRANDE CITY AND RHEINGANTZ FACTORY'S SCHOOL

This work aims at presenting some results of a still embryonic study concerning the history of education in Rio Grande City and the Rheingantz factory's school. Therefore, it focused on the bibliographic and exploratory methods with quantitative approach. As a first result, it is possible to affirm that the threshold of the educative process in the city dates from the end of XVIII century, with the first letters class of professor Manoel Simões Xavier. However, until the mid-19<sup>th</sup> century, less than 2% of the city population had access to education. On the

---

<sup>\*</sup> Economista, Mestre e Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Doutor em Economia – UAH – Madrid. Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, piva\_furg@hotmail.com

<sup>\*\*</sup> Pedagoga, Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em História pelo PPGH - FURG. Educadora Social do Projeto Pescar na Refinaria de Petróleo Riograndense, Rio Grande/RS, marciaapiva@hotmail.com

other hand, in 1881, it was founded the Rheingantz factory school, first of its genre in state, initially for underage employees, but, posteriorly, it allowed the registration of the works' children under the age of 13, and, by night, kept lessons to adults, providing education for several generations.

**Keywords:** History of Education; Rheingantz; Rio Grande.

## 1. Introdução

A Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz e Vater, fundada em 1873 pelo descendente de alemães Carlos Guilherme Rheingantz, seu sogro Miguel Tito de Sá e o alemão Herman Vater, foi a primeira indústria gaúcha e, segundo a Revista Paulista de Indústria (1955, p. 4), foi “[...] com essa firma que nasceu a indústria de tecidos de lã no Brasil”.

Conforme Schmidt (1999), Rio Grande foi uma das primeiras cidades gaúchas a apresentar as marcas da sociedade urbano-industrial, sobretudo nos primeiros anos, após a proclamação da República, quando se desenvolveram indústrias inovadoras e de diversos setores.

Pesavento (1985) confirma esse impulso industrialista, elencando alguns dos empreendimentos no período. Além da Rheingantz, foi criada a fábrica de Charutos Pooock & Cia., e a Moinhos Rio-grandense em 1891, a Cia. Fiação e Tecelagem Rio Grande, as Indústrias Reunidas Leal Santos, além de correarias, fábricas de biscoitos e de alimentos em conservas, frigoríficos, entre outros.

A grande demanda por mão de obra oportunizada, pela industrialização e a mecanização do processo de produção tiveram como efeitos o crescimento urbano e a necessidade de qualificação do trabalhador.

Entretanto, até meados do século XIX, a educação que poderia propiciar essa qualificação ao trabalhar era, no Rio Grande do Sul, privilégio de poucos. A partir da promulgação do Ato adicional de 1834, os ensinamentos primários e secundários tornaram-se responsabilidade das províncias, ficando apenas o ensino superior a cargo do Estado. A historiografia da educação no século XIX tem demonstrado que a instrução escolar sofria de uma grande fragilidade, como todo o resto que advinha do poder público (GONZAÇA, 1980).

No ano de fundação da fábrica Rheingantz-1873, a cidade contava com pouco mais de 14 mil habitantes, passando em 1890

para cerca de 24 mil. Esse aumento populacional urbano, associado à necessidade cada vez maior de qualificação da mão de obra, desenvolveu uma aspiração por um sistema educacional que mudasse o panorama da época, já que, conforme o relatório de Azambuja Vilanova (1877), “menos de um terço da população da província em idade escolar, frequentava as aulas. No Brasil, oitenta por cento são ignorantes” (In: CORSETTI; LUCHESE, 2011, p. 467).

A primeira escola fundada na cidade do Rio Grande foi a São Pedro em 1859. A partir desta data, outros estabelecimentos de ensino surgiram na cidade, na sua grande maioria privados.

Em 1881, passa a funcionar, dentro das instalações da fábrica Rheingantz, uma aula para os funcionários menores de idade. Estes trabalhavam em um turno e estudavam em outro. A frequência à aula era obrigatória. O objetivo era qualificar o trabalhador da fábrica e, dentro do contexto educacional da época, que para Souza (2004, p. 127) ia muito além da transmissão do conhecimento, “implicava essencialmente na formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos”. Em alguns anos, a frequência deixou de ser obrigatória e a aula passou a ser frequentada também pelos filhos dos funcionários.

Buscando resgatar parte desta história, este trabalho tem como objetivo apresentar notas introdutórias sobre a memória da educação no município do Rio Grande no período compreendido entre o final do Século XIX e Início do XX e a escola criada pela fábrica Rheingantz, em 1886. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória.

## **2. Referencial**

A escola tradicional surge na Europa, no século XVII, com o aparecimento da burguesia e se consolida ao longo dos séculos XVIII e XIX, como consequência das revoluções republicanas e da implantação de políticas liberalistas, com o advento da escola pública na Europa e América Latina.

A partir do final do século XIX e início do século XX, surge uma nova escola fundamentada nas correntes empíricas, positivistas e pragmáticas, impulsionada pelas mudanças socioeconômicas ocorridas no período.

O positivismo, sistema formulado por Augusto Comte (1798-1857), tem como ponto central a teoria dos três estágios ou estados.

O primeiro é o estado teológico, ocorrido na antiguidade; o segundo é o estado metafísico, o qual passou na idade média e, o terceiro, que ocorre no presente, é o estado positivo ou científico, sendo que “o primeiro é provisório, o segundo transitório e o terceiro definitivo”. Por outro lado, no mesmo período se populariza o materialismo histórico dialético, representado por Karl Marx (1818-1883), segundo o qual os processos de transformação social ocorrem pelo conflito entre os interesses das diferentes classes sociais.

No Brasil, segundo Romanelli (2001, p. 33), dois fatores foram determinantes na formação do modelo educacional. A “organização social que limitou a educação à classe dominante e o conteúdo cultural que foi transportado para a colônia, através da formação dos padres da companhia de Jesus, caracterizado, sobretudo por uma enérgica reação contra o presente crítico”.

No Rio Grande do Sul “[...] os primórdios do sistema educativo se construíram a partir de uma identidade externa repetida, reproduzida e aqui ecoada no discurso político”, tendo como base “a realidade de países mais adiantados mesmo que as propostas educacionais trazidas sejam de outras culturas” (WERLE, 2008, p. 180).

Chaves (1922), afirma que até 1820 existia na província apenas uma aula de latim e nenhuma escola de primeiras letras financiada pelo Estado. Entre os anos de 1822 e 1889, o ensino esteve preponderantemente, a cargo da iniciativa privada.

Sabe-se que o século XIX e início do século XX, em termos de proteção à infância e à adolescência no Brasil, caracterizaram-se por uma política de exclusão social e de educação para submissão. Além disso, Tozoni-Reis salienta que:

No Brasil, o atendimento educacional às crianças no início da República destinava-se às crianças da classe dominante. Aqui também a industrialização trouxe a exploração do trabalho das mulheres e das crianças, expandindo o número de instituições de atendimento às crianças pobres. Até então essas instituições, que já existiam no Brasil Colônia, tinha caráter assistencialista e quase sempre eram destinadas a atendimento de órfãos e desamparados. No início da industrialização já tínhamos uma oposição entre jardins de infância e escolas maternas ou creches, com diferentes abordagens quanto às funções dessas instituições: atendimento educacional para as crianças das classes dominantes – principalmente em estabelecimentos públicos – e atendimento assistencialista para as crianças pobres – em estabelecimentos públicos e privados, esses últimos

geralmente no interior das fábricas (TOZONI-REIS, 2002, p. 3). **Grifo nosso.**

Na busca por subsídios que permitam o resgate da memória do processo de educação na cidade do Rio Grande – RS, no final do século XIX- início do século XX, e pela possível relação com o nascimento e desenvolvimento da indústria na região e a fundação da Escola da Fábrica Rheingantz, tomaremos alguns autores como norte.

Para tanto, adotamos o conceito de educação, segundo Lopes *et al* (2003, p.16), definido como “mediação, referência por meio da qual as relações na sociedade e na cultura são construídas de uma maneira ou de outra”. Além deste, interessa também o conceito de memória, entendida como “uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas e formas” (STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 418).

Assim, a proposta da pesquisa também se aproximou da colocação de Reinhart Koselleck (1990), citado por Nóvoa (2009), quando este afirma: “interessa-me compreender de que modo o passado está inscrito na nossa experiência atual”.

Da mesma forma que acompanha Chartier (1990):

[...] trata-se de identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler, considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções próprias de cada grupo ou meio como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social (CHARTIER, 1990, p. 25, nota 45).

Enquanto que os motivos podem ser esclarecidos através das palavras de Nunes (1990):

A pesquisa histórica é um trabalho de pensamento que também experimentamos como ação e afeto. Desejar compreender as trajetórias de outros sujeitos, procurando romper com o processo de estereotipagem presente na Historiografia da Educação Brasileira, é o ato inaugural que nos impele a verificar que o desejo que encontrou nos outros a oportunidade de manifestar-se em obras é, em nós, o móvel do esforço que

nos leva a passar horas consultando arquivos ou a permanecer debruçados sobre uma mesa copiando informações, criando e recriando ideias (NUNES, 1990, p. 12).

Neste contexto, uma das primeiras normas “regulamentando” o ensino de primeiras letras no Brasil do século XIX surgiu com a lei de 15 de novembro de 1827, que dizia em seu artigo primeiro: “em todas as cidades, villas e lugares mais populosos haverão escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Posteriormente, a constituição de 1834 e a Regulamentação da Instrução Primária e Secundária de 1854, além de muitas outras, mantiveram o desenvolvimento das regulamentações.

Segundo Raposo (2005, p. 2), foi na Constituição Republicana de 1891 que ficou demonstrada a discriminação quanto à competência sobre a educação entre o governo central e os Estados. Citava o referido autor: “cabe à União legislar sobre o ensino superior enquanto aos Estados competia legislar sobre o ensino secundário e primário, embora tanto União quanto os Estados pudessem criar e manter instituições de ensino superior e secundário”.

A partir da segunda metade do século XIX, já existiam vários espaços dedicados à educação, a grande maioria deles privados ou que tinham, em sua formação, a intervenção dos pais, cedendo o espaço e pagando os professores. Com o advento da república, a proposta educacional se aprofunda com a criação dos grupos escolares, com seus edifícios imponentes e das escolas-modelo.

Estudos mais recentes demonstram que havia também, no final do século XIX, um profundo debate acerca da necessidade de escolarização da população brasileira. Esse debate acontecia em várias províncias e tinha uma preocupação latente com a oferta de educação, inclusive para os grupos sociais menos favorecidos. No entanto, segundo Faria Filho (2003, p. 135-137), “[...] muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida à maioria da população”, porque, para a elite brasileira o acesso à educação dos indivíduos pobres deveria ser apenas as primeiras letras, uma vez que, “a instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições pra uma participação controlada na definição dos destinos do país”.

Para evidenciar um destes limites, Faria Filho (2003, p. 148), cita um trecho do jornal Universal de 1825: “[...] o problema, pois, que há de resolver é como se poderá generalizar uma boa educação

elementar, sem grandes despesas do governo e sem que tire as classes trabalhadoras o tempo, que é necessário que empreguem nos diferentes ramos de suas ocupações”.

A partir do início da República, o processo educacional foi evoluindo no sentido de inculcar no povo uma conduta patriótica, com disciplina e aptidão para o trabalho, ou seja, ocorre uma valorização da educação, com intuito de servir ao sistema fabril.

Ela reportava a uma clara concepção de ensino; educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social [...] necessários à formação do espírito de nacionalidade (SOUZA, 2004, p. 127).

No Rio grande do Sul, segundo Arriada (2011), os primeiros anos do século XIX tiveram uma formação intelectual precária, quase insignificante. Entretanto, conforme Tambara (2000 *apud*. VALLE, 2012, p. 4), com o passar das décadas, o ensino no Rio Grande do Sul começa a se desenvolver, mas é, na sua maioria, privado e excluía significativos contingentes da população da instrução elementar e do ensino secundário. Isso porque “na Província, assim como no resto do Brasil, o ensino era preponderantemente privado; assim, somente aqueles segmentos da população que podiam arcar com o ônus do ensino pago é que prosseguiram nos estudos”.

Nas primeiras décadas do século XX, eclodem no Brasil manifestações a favor da educação para todos, conduzidas, em sua maioria, por sindicatos de trabalhadores, imprensa operária, partido comunista, anarquistas, etc.

Assim a instituição escolar não surge no vazio deixado por outras instituições. Os defensores da escola e sua importância no processo de civilização do povo tiveram de, lentamente, apropriar, remodelar, ou recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação. Mas não apenas isso: a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez, também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social (FARIA FILHO, 2003, p. 136).

Este diálogo possibilitou que muitas escolas de primeiras letras fossem criadas no interior de fábricas pelo Brasil a fora.

Tozoni-Reis (2002) afirma que estas escolas tinham um caráter assistencialista e eram fundadas, especificamente, para atender as crianças pobres e filhos de operários. Em Rio Grande, a escola da Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheingantz e Vater começou a funcionar em 1881 em uma sala da fábrica. Em 1912, foi erguido um prédio para a escola com a denominação Escola da União Fabril que posteriormente passou a se chamar Escola Comendador Carlos Guilherme Rheingantz (Fig. 11). A escola da Rheingantz foi construída junto à vila operária, a cooperativa de crédito, a casa dos mestres e a sociedade Mutualidade.

De acordo com Blay (1985, p. 40), “a vila operária, é um dos bens que o capital privado investe para tornar possível armazenar a força de trabalho livre necessária a produção”. Seguindo a ideia de Bentham (2001, p.13), que afirmava ser um novo princípio de controle, “no qual pessoas de qualquer tipo necessitam ser mantidas sob inspeção, em particular às casas penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas para pobres, manufaturas, hospícios, lazaretos, hospitais e escolas”. **Grifo nosso.**

Segundo Turazzi (1989, p.79-81), “os métodos coercitivos associavam-se às estratégias paternalistas. Para que o trabalho fosse aceito como fonte de felicidade era preciso encobrir suas contradições, adotando medidas protetoras e benéficas” (*apud*. CIAVATTA, 2011, p. 172).

O pensamento de que a formação dos “desfavorecidos da fortuna” deveria ser única e exclusivamente voltada para o trabalho ficou transparente no texto do Decreto nº 7.776 de 190

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; e para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos favorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como faze-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime [...] (DECRETO nº 7.776 de 1909, CAPUT).

E se consolida no artigo 129 da Constituição de 1937: “É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados”.



### 3. Metodologia

A metodologia consiste em um conjunto de procedimentos que auxiliam o pesquisador na obtenção de conhecimento. A utilização do método, através de processos e técnicas permitem validar esse conhecimento. Do mesmo modo, afirma Cervo (2002, p. 24), que metodologia é “[...] o caminho de acesso, um conjunto ordenado de procedimentos que se mostraram eficiente, ao longo da história, na busca do saber”.

Portanto, a pesquisa, quanto aos objetivos, se caracteriza como de dupla natureza, Bibliográfica e exploratória.

Conforme afirmam Cervo e Bervian (1996, p. 48), toda pesquisa começa como bibliográfica, seja para seu referencial teórico, seja para definir seus limites, “a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica”.

Já, a pesquisa exploratória tem “como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema” (GIL, 1991, p. 45). Entre suas características estão a flexibilidade e a criatividade visando à descoberta, o achado e a elucidação de fenômenos. Da mesma forma, Gil (1991, p. 24) enfatiza que a pesquisa exploratória “é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema”.

A procura por informações que ajudem a elucidar os primeiros passos do processo educacional em Rio grande e da fundação da escola da fábrica Rheingantz necessitaram de buscas quase “arqueológicas” em arquivos, jornais de época, narrativas de viajantes que estiveram na região, etc.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se classifica como histórica e documental. A pesquisa histórica é aquela que investiga eventos que já tenham ocorrido. Em alguns estudos históricos, o investigador está interessado em preservar o registro de eventos e realizações passadas. Em outros, o investigador está mais preocupado em descobrir fatos que providenciarão maior compreensão e significância de eventos passados para explicar a situação presente ou estado atual do fenômeno estudado (KERLINGER, 1990).

Por sua vez, a pesquisa documental está relacionada diretamente as suas fontes primárias, ou seja, a documentos

escritos ou não escritos, materiais de natureza diversa que ainda não sofreram nenhum tipo de tratamento analítico ou que podem ser (re)examinados a partir de interpretações complementares.

Quanto ao problema de pesquisa, a abordagem é qualitativa. Bogdan e Biklen (1984, *apud.* LUDKE; ANDRÉ, 1986) discutem o conceito de pesquisa qualitativa, apresentando cinco características básicas que configuram a pesquisa qualitativa em educação: 1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador é o seu principal instrumento, procurando presenciar o maior número de situações no dia-a-dia escolar; 2. Os dados coletados são predominantemente descritivos, apresentados em forma de palavras ou imagens e não de números; 3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; 4. O significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida são focos de atenção do pesquisador e, 5. A análise de dados tende a seguir um processo indutivo. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir das inspeções dos dados.

Os documentos, arquivos, jornais, periódicos, revistas, etc., a serem “explorados” na busca por informações sobre o desenvolvimento da educação em Rio Grande e sobre a escola da fábrica Rheingantz terão como delimitação o período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

#### **4. O Município do Rio Grande, a Industrialização e a Fábrica Rheingantz**

Para todos os lados que se virar os olhos depara-se com um enorme cano de fábrica como que recortando os rolos de nuvens que passam pelo ar” (PEDRO DANTAS, 1893, descrevendo a paisagem rio-grandina no jornal Democracia Social).

A fundação de uma fortificação militar às margens do Estuário da Lagoa dos Patos em 1737, enquadrava-se no contexto maior de colonização e proteção dos domínios da Coroa Portuguesa ao longo do extenso território que ia das terras do extremo sul do Brasil à Capitania de São Paulo. Assim surgiu o povoamento que deu origem à Vila do Rio Grande de São Pedro, depois Cidade do Rio Grande.

Após a fundação do reduto militar, em 1737, começou o deslocamento gradual de luso-brasileiros e portugueses para fixarem-se no povoado que, em 16 de dezembro de 1751, foi

elevado à categoria de Vila.

Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro e São Paulo, foi quem solicitou o plano de uma nova “Villa”, que foi outorgada em 17 de julho de 1745, “sob a proteção de São Pedro, para cujo culto levantou uma Capella, fazendo também construir uma casa para câmara e uma cadeia”. Entretanto, a “omissão de certas formalidades e a ocupação do Rio Grande por espanhóis em 1763, deram causas para que fosse despojada do título que só veio a recuperar em 1812. Por carta de lei provincial nº 5, de 27 de julho de 1835 foi elevada a categoria de cidade” (PINHO, 1872, p. 68).

A vida na Vila não era fácil. Antônio José Gonçalves Chaves escrevera em 1822: “As areias no Rio Grande fazem continuamente huma terrível invasão em toda a parte da Villa situada da Igreja para Oeste, e tem submergido ruas inteiras. Pelos exames, a que procedemos, conhecemos que 27 propriedades, que em 1811 pagarão de Decima 67,564 já em 1816 não existiam por terem sido submergidas pela areia. Todas as casas eram situadas nas ruas direita e da praia desde a Igreja para o Oeste. Nesta parte havia em 1811 setenta e quatro casas habitáveis, e dezoito já abandonadas por estarem cavalgadas pela areia” (CHAVES, 1822, *apud*. FONTOURA, 1922).

Da mesma forma, Pinho (1872, p. 69) destaca a péssima qualidade da água que, segundo o autor, era salobra e de gosto muito ruim, salvo a que vinha da “[...] ilha dos Marinheiros que dista da cidade uma légua<sup>1</sup>, agua de excelente qualidade que andão a vender em pipas pelas ruas, à semelhança do Rio de Janeiro, é desta que bebem os que estão no caso de a comprar”.

Apesar disso, observa-se nos Annaes da Provincia de São Pedro de 1819 que “[...] o lugar tem se engrandecido em edifícios e commercio, pela vantagem de ser o único porto da capitania”.

A cidade passou por diferentes fases em seu processo de desenvolvimento econômico. Seja como suporte à economia agropecuária sulina no Século XVIII, seja como ponto central do comércio de importação-exportação ao longo do Século XIX, o Porto do Rio Grande foi de fundamental importância na definição da economia local e regional.

A principal atividade econômica do Rio Grande do Sul durante o Império foi a pecuária (charque). Esta era praticada de maneira extensiva e em grandes propriedades, onde se encontravam os

---

<sup>1</sup> Uma légua corresponde a 6.600 metros.

melhores e mais valorizados campos de pastoreio e rebanhos do estado. Situava-se abaixo da linha formada pelos rios Ibicuí e Jacuí e junto à fronteira com o Uruguai, e tinha nas cidades de Rio Grande e Pelotas o papel de centro comercial. Nesta região, de melhores pastagens e melhores gados, situavam-se oito dentre os 10 municípios com maior rebanho bovino do país em 1920, colonizados principalmente por portugueses e espanhóis (PEREIR; ARENDT, 2002).

Atualmente, o município do Rio Grande conta com uma população de aproximadamente 205 mil habitantes e um PIB anual de mais de 06 bilhões de reais. Localiza-se na planície costeira sul do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como limites: ao Norte, o município de Pelotas e a Laguna dos Patos; ao Leste, o Oceano Atlântico e o Canal do Rio Grande; a Oeste, os municípios de Capão do Leão, Arroio Grande e a Lagoa Mirim; ao Sul, o Município de Santa Vitória do Palmar. Está sobre os paralelos 31º 47. 02./32º 39. 45. e os meridianos 52º 03. 10./52º 44. 10 (Fig. 1). É o mais antigo município do Estado e está a 317km ao sul da capital, Porto Alegre.



FIGURA 1 – Localização da cidade do Rio Grande.  
FONTE: [www.riograndevirtual.com](http://www.riograndevirtual.com)

O município apresentou uma multiplicidade de experiências históricas desde o início de seu povoamento em 1737. Enquanto primeiro núcleo sistemático de colonização luso-brasileira, no atual Rio Grande do Sul, a localidade acumulou ao longo do período colonial e imperial, historicidades inovadoras que se destacam no

contexto regional e nacional (TORRES, 2004).

Além do papel militar e geopolítico frente ao Rio da Prata e de porta de entrada colonizadora e econômica para o Continente do Rio Grande, a função administrativa foi de extrema relevância para o projeto de Portugal em implantar a civilização no Brasil Meridional (TORRES, 2004, p. 9).

Na segunda metade do século XIX, Rio Grande dividia-se em cidade Velha e cidade Nova. A primeira, compreendida entre as ruas de Uruguiana e Bella Vista, é:

[...] toda de ruas estreitas e tortuosas, enquanto a nova tem ruas largas e bem alinhadas. Toda a cidade tem umas vinte e oito ruas e sete praças, com vários edifícios notáveis. É a cidade mais comercial da Província, tem casas de comércio importantíssimas não só nacionais como estrangeiras; duas casas bancárias, dez hotéis, alguns estabelecimentos de bilhar, fabricas de ourivesaria, arreios onde prima a elegância e solidez, serralheiros e retratistas em grande quantidade (PINHO, 1872, p. 68 e 75).

Com o passar do tempo, e utilizando-se do fato de possuir o único porto marítimo da região, a localidade desenvolve uma atividade comercial significativa, além de oferecer serviços de importação e exportação.

Segundo Torres (2004, p. 10), “[...] o ritmo comercial da vila redefine o seu papel histórico de praça militarizada passando para centro portuário de escoamento de toda a produção rio-grandense dirigida ao mercado interno brasileiro”.

O acúmulo de capital gerado a partir da atividade comercial proporciona, em certa parte, os primeiros investimentos industriais. Pesavento (1985) afirma que a esse processo de acumulação de capital, soma-se, também, os produtos da pecuária tradicional.

Tanto este setor da economia, quanto o colonial/imigrante eram voltados para o abastecimento do mercado interno brasileiro, e neste sentido ambos geram acumulação de capital a partir da comercialização destes sendo, da mesma forma que o comerciante aparece como detentor de um capital-dinheiro que passou a ser investido na indústria na área coberta pela imigração, também os produtos da pecuária tradicional deu margem a que este processo ocorresse nos centros urbanos daquela região (PESAVENTO, 1985, p. 37).

O município do Rio Grande, juntamente com o de Pelotas, formam, no final do século XIX, o primeiro polo produtor industrial do Rio Grande do Sul.

No período comercial em Rio Grande formou-se uma elite econômica e social, que se consolidaria com a industrialização. Essa elite foi capaz de construir clubes, teatros, prédios suntuosos, assim como abrigar eventos culturais importantes de expressão nacional (MARTINS, 2007, p. 95).

No Século XIX, o desenvolvimento do comércio possibilitou um período de forte efervescência cultural, marcado pela criação de teatros e casas de espetáculos que recebiam artistas brasileiros e estrangeiros, e que chegavam através do Porto do Rio Grande (ALTMAYER; CARNEIRO, 2009).

O pioneirismo da cidade, no que se refere ao Patrimônio Cultural não é diferente. Rio Grande foi a primeira capital do Estado, sediou a primeira câmara de Vereadores (1761), a mais antiga loja maçônica do Rio Grande do Sul (1840), a primeira Câmara de Comércio (em 1844, quarta entidade de classe mais antiga do Brasil), a primeira biblioteca pública gaúcha (1846), o mais antigo farol (Farol Capão da Marca, inaugurado por Dom Pedro II em 1849), a primeira mulher formada em medicina no país (Rita Lobato Velho-1887) e o time de futebol mais antigo do Brasil, o Esporte Clube Rio Grande, fundado em julho de 1900.

#### **4.1 O Surgimento da Indústria no Brasil e o Pioneirismo Industrial da Rheingantz no Rio Grande do Sul**

As primeiras tentativas, geralmente infelizes, de organização de indústria capitalista haviam sido empreendidas no Brasil em meados do século XIX. Contudo, a formação dos primeiros focos de produção industrial começou especialmente a partir de 1885. Contribuíram para isso, a mão-de-obra originada pela imigração, em primeiro lugar, a abolição da escravatura e a intensa deterioração das estruturas pré-capitalistas. Mais de 55% da capacidade instalada da indústria, registrada pelo recenseamento de 1920, foi criada entre 1905-1919; aproximadamente um quarto delas, entre 1884-1894; e apenas 9,6%, até 1884<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Em 1884, havia no Brasil apenas 200 empresas industriais. Ver: REGO, J.M.; MARQUES, R.M. (orgs) *Economia Brasileira*. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

A partir da segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira enfrenta uma série de mudanças. O Brasil muda política e socialmente, passando do regime monárquico constitucional parlamentarista do império do Brasil para a república federativa presidencialista. O trabalho escravo é substituído pelo assalariado e, segundo Azevedo (2010), juntamente com a assinatura da Lei Eusébio de Queirós em 1850, que havia proibido o tráfico de escravos, proporciona consequências importantes para o desenvolvimento industrial:

Os capitais que eram aplicados na compra de escravos ficaram disponíveis e foram aplicados no setor industrial. A cafeicultura, que estava em pleno desenvolvimento, necessitava de mão de obra. Isso estimulou a entrada de um número considerável de imigrantes, que trouxeram novas técnicas de produção de manufaturados e foi a primeira mão de obra assalariada (organizada) no Brasil. Assim, esses trabalhadores vindos de fora constituíram um mercado consumidor indispensável ao desenvolvimento industrial, bem como força de trabalho especializada. O setor que mais cresceu foi o têxtil, favorecido em parte pelo crescimento da cultura do algodão, em razão da Guerra de Secessão dos Estados Unidos (grande exportador desse produto) entre 1861 e 1865. Na década de 1880 ocorreu o primeiro surto industrial, quando a quantidade de estabelecimentos passou de 200, em 1881, para 600, em 1889 (AZEVEDO, 2010, p. 14-15).

Outro fator propulsor do surto industrial que surge no final do século XIX, conforme Schulz (1996), foi a política do encilhamento<sup>3</sup>: “Visto que a indústria se desenvolveu entre 1889-1891, sem dúvida, a demanda dos imigrantes e dos recebedores de empréstimos bancários estimularam à indústria”. No encilhamento, o governo republicano intensificou a emissão de papel-moeda e concedeu mais autonomia e responsabilidades aos bancos privados. Durante um período curto, o total de recursos financeiros em circulação mais que duplicou (REGO; MARQUES, 2006). Podem-se destacar ainda alguns fatores externos, como a guerra civil dos Estados Unidos, “que produziu um surto notável na cultura algodoeira do Brasil”, e a guerra do Paraguai, que impulsionou não apenas “[...] a indústria de

---

<sup>3</sup> Maiores informações, ver: FRANCO, Gustavo H. B. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1987 e LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega Ltda, 1978.

tecidos de algodão, mas atingiu vários outros setores” (LUZ, 1978).

A primeira indústria têxtil de tipo moderno surgiu no Brasil no ano de 1872 em São Paulo. A firma pertencia a Antônio Paes de Barros, Barão de Piracicaba, e funcionava com 30 teares, adquiridos da empresa inglesa John Pratt e Sons e por intermédio do trabalho de, aproximadamente, 60 operários (REGO; MARQUES, 2006).

De acordo com Paulitsch (2008), a industrialização do Rio Grande do Sul é contemporânea a de São Paulo, porém São Paulo tinha como base o café, principal produto de exportação do país, enquanto o Rio Grande do Sul atrelava-se ao abastecimento do mercado interno. “Assim, o ponto de partida do mercado do Rio Grande do Sul era uma acumulação relativamente menor que a de São Paulo, mesmo que na época o mercado interno estivesse em ascensão”.

A indústria gaúcha estava dividida em dois pólos produtores distintos, um na região sul, basicamente em Rio Grande e Pelotas, e outro na região de Porto Alegre e Caxias do Sul. Estava também voltada ao mercado regional e nacional desde o seu surgimento nas últimas décadas do século XIX. Este caráter regional e nacional da indústria gaúcha teve na área da cafeicultura “um escoadouro para sua produção”, o que fomentou no sul, um “impulso industrializador” (SINGER, 1984). Na cidade do Rio Grande, ela se caracterizou por apresentar grandes estabelecimentos, com índices de capital e mão de obra empregada acima da média nacional, e com diversificação dos ramos industriais (TORRES, 2001).

Para Singer (1984), “[...] o café proporcionou a aglutinação de uma boa porção do território ao redor de São Paulo, que se tornou, por isso, o centro de acumulação do capital industrial”. Targa (1988), por sua vez, afirma que:

Devido à configuração geoeconômica do Brasil durante o século XIX e ao tipo de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, a transição do escravismo para o capitalismo deu lugar ao desenvolvimento de (pelo menos) dois tipos diversos de acumulação de capital durante a primeira metade do século XX – um na região cafeicultora e outro no Rio Grande do Sul” (TARGA, 1988, p. 148).

Na historiografia gaúcha do período colonial, a cidade do Rio Grande é vista como baluarte fronteiriço e porto seguro para os planos de ampliação dos domínios de Portugal na América, bem como ponto de proteção das terras portuguesas da invasão espanhola. A própria ocupação e fundação do Presídio e Colônia do



Rio Grande de São Pedro, em 1737, é fruto do cerco espanhol à Colônia do Sacramento.

A importância econômica do Rio Grande, no início do século XIX, deve-se ao valor do seu porto marítimo e à expansão da produção do charque na região de Pelotas, que havia se emancipado do Rio Grande em 1812. Segundo o comerciante inglês John Luccock<sup>4</sup>, neste período, a Vila do Rio Grande era o “maior mercado do Brasil meridional”, com grande comércio de produtos europeus e “interior, o mais lucrativo de que São Pedro gozava e que se achava em franco progresso”. A atividade comercial e a acumulação do capital proporcionado por essa atividade foram as bases para o desenvolvimento da região. Por pressão da elite comercial que se formava na Vila do Rio Grande, a Alfândega foi instalada na localidade, em 1804. Posteriormente, a dragagem do canal, em 1823, permitiu ao porto receber navios maiores e com mais capacidade de carga<sup>5</sup>. Em 1844, por sua vez, cria-se a Câmara de Comércio do Rio Grande.

Todos esses investimentos, financiados em grande parte pela fortuna dos comerciantes, sinalizavam a prosperidade local e colocaram a Vila do Rio Grande como pólo de desenvolvimento regional. “Com suas casas suntuosas, seus ricos armazéns, seus caes regulares e seu porto retificado, pode agora concorrer com as mais notáveis cidades da América do Sul” (DREYS, 1990). Entretanto, até 1880, Rio Grande contava apenas com estabelecimentos artesanais, sua importância era principalmente comercial. Contudo, a fixação de estrangeiros, a peculiaridade do conjunto costeiro com um porto marítimo e hidrovias e a alfândega riograndina, somados ao forte comércio com a Europa e ao capital acumulado pelos comerciantes, faz com que surja um impulso industrialista (COPSTEIN, 1975).

A “fábrica Rheingantz”, como é chamada até hoje pela população da cidade do Rio Grande, foi fundada em novembro de 1873, com a denominação de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater, embora tenha começado a produzir efetivamente, em 1874 (Fig. 2). Os fundadores foram o descendente de alemães Carlos Guilherme Rheingantz<sup>6</sup>, o português Miguel Tito

---

<sup>4</sup> LOCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1975. p. 122.

<sup>5</sup> Maiores informações em Queiroz (1987).

<sup>6</sup> Carlos Guilherme Rheingantz (1849-1909), que foi agraciado com o Título de Comendador, no ano de 1893, pelo Imperador D. Pedro II, era filho do Alemão Jacob Rheingantz, fundador da Colônia Alemã de São Lourenço, atual cidade de São

de Sá e o Alemão Hermann Vater.



FIGURA 2 – Anúncio da Rheingantz no Jornal Echo do Sul – 1º março de 1884  
FONTE: Paulitsch, 2008.

Carlos Guilherme começou sua ligação com a cidade do Rio Grande a partir de 1º de março de 1873, quando se uniu a Maria Francisca de Sá, natural do Rio de Janeiro, mas residente em Rio Grande. Maria Francisca de Sá era filha de Miguel Tito de Sá<sup>7</sup>, o que proporcionou a constituição da sociedade em comandita que originou a fábrica Rheingantz.

Segundo a Revista Paulista da Indústria de dezembro de 1955, página 4, “além de primeira, foi, por muito tempo, a única no gênero em todo país”.

Inicialmente, as instalações da fábrica situavam-se próximo ao antigo presídio, entre as ruas Coronel Sampaio, General Câmara, Almirante Barroso e Conde de Porto Alegre (NORRO, 1995).

Em pouco tempo, a atividade produtiva passa a ser desenvolvida na “Antiga Estrada da Mangueira”, que, em janeiro de 1886, passou a chamar-se Rua Rheingantz (Fig. 4).

O relatório da Sociedade Commanditaria em Acções

---

Lourenço do Sul e de Maria Carolina Von Fella.

<sup>7</sup> O coronel Miguel Tito de Sá (1828-1875), além de empresário, foi presidente e diretor da Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande, da Santa Casa local e fundador do Educandário Coração de Maria.

Rheingantz e Cia de 1884 atesta: “Comprou-se mais 10 braças<sup>8</sup> de terreno contíguo ao que possuímos em frente ao cemitério, ao preço de 650\$000 por ser necessário para o acréscimo da tinturaria. Possui a Sociedade agora ao todo 152 braças de frente vis-a-vis a estação da estrada de ferro”.

Ainda em 1884, fundou-se a fábrica de tecidos de algodão, que passou a funcionar no edifício antigo da fábrica de lã. As máquinas de fiação e tecelagem de algodão foram compradas na acreditada fábrica Platt Brothers & Cia. Ltda., de Oldham.

Em fevereiro de 1885, ficou pronto o novo edifício e sua inauguração “foi honrada com a presença de SS. AA. Imperiais e a chapa comemorativa colocada no motor foi decerrada pelo príncipe do Grão-Pará”. Essa cerimônia teve lugar em 1º de março de 1885. A mudança para as novas instalações foi ultimada em junho, “[...] enquanto reinava com rigor a estação invernososa, o que retardou o transporte e condução do material e porque conciliei o interesse do serviço não sobrestando o trabalho com parte das máquinas para não deixar o pessoal sem meios de subsistência” (RELATÓRIO, 1885).

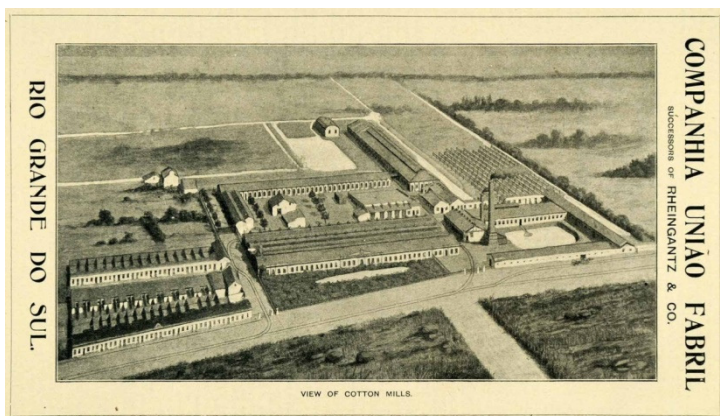


FIGURA 3 – Imagem (pintura) das instalações da Rheingantz no final do século XIX.  
FONTE: Acervo particular de Marcelo Degani.

Conforme Martins (2007), a sociedade industrial foi formada com noventa contos de réis. As instalações de 43 mil metros quadrados foram construídas em um terreno de 143 mil metros quadrados, cedido pela municipalidade. Em 1881, a sociedade é

<sup>8</sup> Uma braça equivale a cerca de 2,20 metros.

dissolvida, ficando sob administração de Carlos Guilherme Rheingantz que assumiu o ativo e passivo da empresa e em 11 de fevereiro de 1884 alterou a denominação para Rheingantz & Cia, com um capital de 600 contos de réis.



FIGURA 4 – Rheingantz, Rio Grande – RS, início do séc. XX.

FONTE: Acervo da Biblioteca Pública do Rio Grande.

Paralelamente foram ampliadas as instalações fabris, com a montagem do setor destinado a fabricação de algodão. O autor afirma ainda que, em 1891, foram compradas áreas pastoris e rebanhos para obtenção de lã, passando a denominação para Companhia União Fabril e Pastoril, com elevação de capital para 5.000 contos de réis. Entretanto, com a Revolução Federalista (1893-95), o rebanho é praticamente dizimado, pondo fim ao projeto de expansão. Após esses imensos prejuízos, a empresa muda novamente sua denominação, passando a chamar-se Companhia União Fabril, nome que se manteve até o final da década de 1960.

Já nos primeiros anos de funcionamento, os altos investimentos em máquinas e equipamentos propiciaram o rápido avanço nos números da companhia, que, conforme o relatório de 1891, “passara a empregar 543 pessoas nas oficinas e 43 fora delas”. A empresa, que também produzia roupas para o exército desde 1888, ampliava os gastos com salários que alcançaram o valor anual de Rs. 268:819\$410 em 1891. Os ótimos resultados financeiros levaram a empresa a oferecer aos funcionários “a título de incentivo Rs. 10:000\$00 e um aumento salarial médio de 20%, com o propósito de podermos mostrar ao pessoal que nos interessa

muito o seu bem estar, Esperamos que eles correspondam empenhando-se para o engrandecimento da empresa”.

Os negócios prosperam. O lucro líquido e o número de funcionários não paravam de aumentar, conforme se observa no quadro nº 1, abaixo:

QUADRO 1 – Número de funcionários e lucro líquido

| <b>Ano</b> | <b>Número de Funcionários</b> | <b>Lucro Líquido</b> |
|------------|-------------------------------|----------------------|
| 1884       | 130                           | 33:923\$227          |
| 1885       | 200                           | 78:462\$185          |
| 1886       | 310                           | 81:322\$873          |
| 1887       | 350                           | 127:479\$896         |
| 1888       | 420                           | 130:142\$326         |
| 1889       | 450                           | 196:213\$441         |
| 1890       | 487                           | 287:922\$191         |
| 1891       | 543                           | 338:684\$174         |
| 1892       | 644                           | 717:213\$250         |
| 1893       | 836                           | 812:236\$190         |
| 1894       | 927                           | 1.028:266\$800       |
| 1895       | 912                           | 1.159.295\$250       |

FONTE: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios da Rheingantz.

Incentivado pelos bons resultados, Carlos Guilherme elabora uma série de projetos de ampliação e novos investimentos. Entre eles, destacam-se a fundação de uma fábrica de velas de estearina; uma pequena tecelagem de aniagens, provavelmente no edifício da antiga fábrica de algodões; uma fiação de fio penteado (worsted) e mais algumas máquinas de urdição para a fábrica de lãs; aumento da fabricação de carapuças de lã para chapéus; acréscimo do grande edifício da fábrica de lãs em toda sua frente e Além disso, o comendador também revela nutrir:

[...] a ideia de acrescentar a nossa empresa uma oficina de roupas feita em larga escala, aproveitando em parte os nossos próprios tecidos. Visto que atualmente é a demanda suprimida pelas oficinas de Monteideo, porque não tratar-se de produzir essas roupas aqui e dar assim ocupação a um grande número de famílias necessitadas?” (RELATORIO, 1889).

Muitos desses projetos foram concretizados. Em 1891, é fundada a fábrica de aniagens que era a terceira do grupo. Também

neste ano, foi adquirido, na cidade de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, um terreno para instalação de uma filial da Rheingantz.

Felizmente achamos à venda terrenos perfeitamente colocados, sito a margem do rio macacú e atravessados pelo seu afluente, rio Valério, com um volume de água que nos oferece uma força matriz de 300 cavalos no mínimo e a três horas de viagem da capital, com matos que fornecerão lenha para tinturaria por muitos anos. O preço que compramos foi módicos Rs. 45:000\$000” (RELATÓRIO, 1891).

No entanto, o projeto de uma filial próximo à capital federal da época não prosperou e, em 1895 optou-se pela venda do terreno.

Agências da fábrica foram abertas na Capital Federal, cidade do Rio de Janeiro e nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, com o propósito de facilitar as vendas neste mercado.

A euforia durou até 1902, como se pode observar neste trecho do Relatório do mesmo ano: “[...] a crescente demanda de nossos tecidos de algodão em todos os mercados de nosso Estado vem provar a completa insuficiência da nossa produção atual para suprir, mesmo aproximadamente, as necessidades de consumo”. Entretanto, já no ano seguinte, os problemas relacionados à política econômica da época, o protecionismo alfandegário e a instabilidade do câmbio, que afetavam as importações de máquinas, equipamentos e matéria-prima, muda o tom de otimismo para preocupação “existe uma falta total de incentivo à indústria de lã com bases nacionais”. Assim, “[...] a posição atual e o futuro provável da indústria de fiação de tecidos de algodão sofreram sensível modificação. A competência das fábricas do Rio e Norte nas praças tem-se tornado cada vez mais acentuada, matando os preços em nível baixo”.

Para reduzir este problema que afetou com mais profundidade os setores de algodão e anagem, a Rheingantz passou a investir na produção de fio penteado com a lã nacional (1904) e a preocupar-se ainda mais com a qualidade da produção, com a utilização de máquinas mais modernas e com a capacitação dos funcionários, visando otimizar a produção, minimizar custo, fazendo mais e melhor em menor tempo. Para tanto, investiu no processo da divisão do trabalho especializado. Segundo o Relatório de 1904, “as máquinas para a fiação de lã penteada (worsted) estão todas encomendadas e esperamos tê-las funcionando nos próximos meses. O edifício já está começado, tendo também chegado o

telhado de ferro vindo da Inglaterra”. Além disso, foram empregadas na produção apenas lãs rio-grandenses.

A fábrica funcionou com toda a força, e no ano de 1907, “[...] foi necessário durante os meses de inverno, trabalhar além do horário ordinário para atender os consideráveis trabalhos contratados com as repartições militares da União [...] o nosso número de operários chegou a 1008” (RELATÓRIO, 1907).

No dia 30 de maio de 1909, morre, na cidade do Rio de Janeiro, o Comendador Carlos Guilherme Rheingantz. A notícia do falecimento do grande diretor foi recebida com muito pesar pelos funcionários da fábrica. Em um trecho do relatório do mesmo ano, percebe-se a grande admiração de todos para com o Comendador: “Cremos estar na consciência de todos os senhores, os relevantes serviços prestados por ele não só a empresa, como também a esta cidade”. Ainda segundo o relatório, foi solicitada pelos operários, como forma de homenagem, a construção do busto de Carlos Guilherme.

Nos anos seguintes, os negócios continuaram a prosperar a ponto de, em 1911, não conseguir atender a todos os pedidos. Em virtude disso, o número de funcionários em 1912 ultrapassou os 1200. Ainda em 1912, foi finalizado a construção dos prédios do “Clube dos Mestres” (Cassino dos Mestres) e da Escola Companhia União Fabril.

O movimento de vendas e lucros oscilou no decorrer dos anos, principalmente no período das guerras mundiais e nos primeiros anos da década de 30, com a grande depressão. A necessidade contínua de “aumentar a produção por cabeça, isto é, em multiplicar economicamente a nossa população laboriosa”, leva a uma forte vigilância dentro do espaço fabril, para evitar “desperdício de tempo” (RELATÓRIO, 1925). Este controle levou a uma série de conflitos ao longo dos anos<sup>9</sup>.

No final do século XIX, empregava 900 operários e 102 costureiras entre homens, mulheres e crianças<sup>10</sup> e exportava para o Rio de Janeiro cerca de 65% de sua produção<sup>11</sup>. Também,

---

<sup>9</sup> Existem relatos de greves organizadas pelos funcionários da Rheingantz por vários motivos, dentre os quais, pôr fim a figura do agente de vigilância ou inspetor de disciplina. Também, conforme Pesavento (1988, p.70-71), as ações de domínio do capital sobre o trabalho, através de uma série de realizações mascaradas por intermédio de um regime assistencialista e paternalista, tem basicamente um “conteúdo disciplinador”.

<sup>10</sup> Copstein (1974).

<sup>11</sup> Singer (1977, p. 172).

empregava “os presos da cadeia no serviço de rever as peças e tirar a mão os restos de carrapicho e as órfãs do asilo da cidade do Rio Grande na operação de torcer as franjas dos xales” (CATÁLOGO, 1881).

Para Stein (1957), a contratação de mulheres e crianças era vista pela sociedade como filantropia, como pode ser observado no trecho:

Os empresários da indústria têxtil algodoeira recrutavam a sua mão-de-obra não especializada nos orfanatos, nos juizados de menores, nas Casas de Caridade e entre os desempregados das cidades do litoral. Ao se utilizarem dessas fontes de mão-de-obra, os proprietários das fábricas asseguraram o desenvolvimento de um segmento industrial da economia brasileira, convertendo-se, ao mesmo tempo, em benfeitores e filantropos; ambos os papéis estavam entrelaçados, e disso tinham plena consciência os empresários e os observadores da época (STEIN, 1957, p. 66).

Roche (1969) afirma que “[...] os capatazes e contramestres e toda a mão-de-obra especializada haviam sido importados da Alemanha ao mesmo tempo que as máquinas”. Mas não havia apenas alemães trabalhando na Rheingantz. A “fábrica”, que chegou a empregar no início do século vinte mais de 1200 pessoas, conforme o quadro 3 – se levarmos em consideração que neste período residiam na cidade pouco mais de 20 mil pessoas, podemos vislumbrar a dimensão e importância dessa indústria – também era um local onde, pessoas das mais diversas nacionalidades interagiam em uma diversidade de sotaques e tradições. Em 1956, chegou a empregar 2.000 pessoas, segundo dados oficiais da fábrica, expostos no Boletim CUF de fevereiro do mesmo ano.

## **5. A Educação no Rio Grande do Sul e as Primeiras Escolas de Rio Grande**

Os primeiros passos rumo ao desenvolvimento de um processo de educação no município do Rio Grande foram dados no final do século XVIII, mais precisamente em 1770, pelo professor Manoel Simões Xavier natural do Estado da Bahia, com aulas que ensinavam a ler, escrever e contar. Mais de uma década depois, em 1782, por ordem do Senado da Câmara, o senhor Caetano Ferreira de Araújo foi nomeado como mestre de escola em Rio Grande, enquanto que o senhor Pedro Francisco da Costa Martins foi



nomeado mestre para o Povo Novo, segundo a Provisão de 23 de março de 1784 (QUEIROZ, 1987).

Em 1820, foi determinado pela Resolução Régia de 14 de janeiro, o estabelecimento de uma aula pública de primeiras letras em Rio Grande e mais sete cidades da província. Eram elas, Porto Alegre, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, Pelotas, São João da Cachoeira, Piratini e Triunfo. Também, neste mesmo ano foi instituído uma aula de latim em Rio Grande (SCHNEIDER, 1993).

Na década de 1850, menos de 2% da população rio-grandina estava matriculada no ensino público. Por outro lado, Rio Grande contava com seis aulas primárias privadas para homens, com um total de 145 alunos e três aulas para mulheres, com 75 alunas. No que tange ao ensino secundário, que era frequentado exclusivamente por homens, existiam dez aulas com 35 alunos (RELATÓRIO, 1905).

Em 1875 existiam, no Rio Grande do Sul, 408 aulas de instrução primária, distribuídas pelas 21 comarcas, sendo 244 de ambos os sexos. Neste ano, estavam matriculados 6.616 alunos e 3.685 alunas, perfazendo um total de 10.361 escolares. Existiam ainda, 121 escolas e colégios privados de instrução primária, frequentados por 2.856 meninos e 1.824 meninas. Portanto, o total de crianças matriculadas na província de São Pedro, entre instituições públicas e privadas, chegava a 14.981. Levando-se em conta que o “Rio Grande do Sul tinha aproximadamente uma população livre de 367 mil almas e uma população escolar de 52 mil” pode-se concluir que apenas 28% delas estavam na escola (DIRETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1935, p. 9).

A cidade do Rio Grande, na segunda metade do século XIX, começa a apresentar sinais de desenvolvimento em diversos setores da vida econômica e social. Um cenário composto pelo único porto marítimo da região, o comércio em alta, a industrialização ainda que insipiente, mas com firmas que demandavam grande aporte financeiro e ofertavam muitas vagas de emprego começou a forjar uma cidade que se destacava na região sul. Contudo, no que se refere à educação, pode-se observar no relatório de Instrução Pública de 30 de julho de 1862, assinado por Joaquim Manuel de Azevedo Júnior e contendo dados sobre a educação no município do Rio Grande referente ao ano de 1861, que a cidade possuía apenas as seguintes aulas: a do Padre Estevão Semiglia, que funcionava na localidade do Povo Novo com 31 alunos, todos do sexo masculino, no primário; a aula de Eugênio Magno Peixoto, que, juntamente com José Thibaut, ensinava 34

meninos no primário e secundário e, as aulas para meninas de Paulina Thibaut, com 30 alunas do primário e bordado e de Helena Adelaide de Oliveira, primário e secundário com 34 alunas.

No ano de 1868, segundo o mesmo relatório editado em 31 de março de 1869, o número de estudantes na região se amplia no período de sete anos que separam os dois relatórios, embora, no número de aulas, se mantenham em quatro. Os professores José Thibaut, com 76 alunos e Eduardo Grauert, com 130, e as professoras Pauline Thibaut, com 32 alunas e Helena Adelaide de Oliveira, com 54, demonstram um acréscimo superior a 200% na frequência de meninos e pouco mais de 34% das meninas nas aulas.

Segundo Pinho (1872, p. 74), Rio Grande tinha, em 1869, “[...] estabelecimentos públicos dignos de atenção, [...] e com frequência mais animada que a de Pelotas, mas ainda assim não tantos como era de desejar”.

De acordo com Fontana (1875), existiam neste período quatro escolas de instrução pública no município do Rio Grande. Duas eram dedicadas ao ensino de meninos e duas exclusivas para ensino das “moças”. As dos meninos eram dirigidas pelos professores Ildefonso Ferreira Cardoso e Joaquim Ribeiro Louzada, já as duas para moças pelas professoras Maria Joaquina Duval e Balbina Maria Vieira. Havia ainda os estabelecimentos privados para meninos, como o Colégio São Pedro, o Colégio União, o Colégio de Alvim Junior (Fig. 5), o Colégio Lobo, dirigido por Rodrigo da Costa Almeida Lobo e os para meninas, o Colégio Santa Thereza, dirigido por Paulina Thibaut, o Colégio Minerva, dirigido por Ignez de Oliveira Soares, o Colégio Esperança, por Adelaide Gonzaga Alvim, e os colégios de Izabel Tallone, Camilla A. Calcagno e Jacintha de Freitas Damasceno. Também estavam disponíveis na cidade 12 professores de piano, três de desenho e nove de línguas e de ciências.

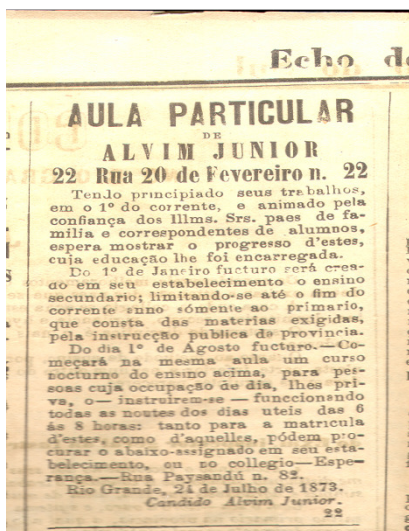


FIGURA 5 – Publicidade da Aula de Alvim Júnior  
FONTE: Jornal Echo do Sul, março/1873

O primeiro colégio da cidade foi o São Pedro, fundado pelo Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e membro do Instituto Católico de Paris, José Vicente Thibaut, em primeiro de abril de 1859 e, segundo publicidade publicada no Jornal Echo do Sul de março de 1873 (Fig. 6), desde o princípio de 1862 regia-se pelo programa do Imperial Collegio de Pedro II. No colégio, eram admitidos alunos internos, que “ficavam confiados aos desvelos maternos da esposa do diretor [...] que fazem esquecer a criança os mimos maternos”; alunos meio internos e externos. Também é possível observar na publicidade que o colégio oferecia “educação gratuita aos filhos de militares que marcharam na campanha do Paraguay, e aos filhos de portugueses pobres, que se apresentarem com atestado do Sr. Presidente da sociedade portuguesa de beneficência”. O Colégio São Pedro, que funcionava na Rua de Pedro II, número 86, tinha como capelão o Reverendo vigário José Maria Damazio de Mattos e como médico o doutor Pio Angelo da Silva.

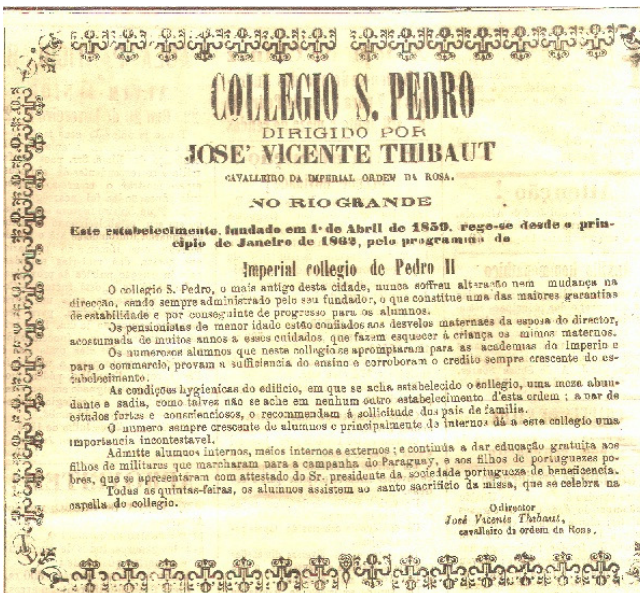


FIGURA 6 – Publicidade Colégio São Pedro  
FONTE: Jornal Echo do Sul, março de 1873

O aluno para entrar no Colégio São Pedro tinha que atender as condições de admissão expostas nos artigos dos estatutos do colégio, aprovados pelo conselho diretor de instrução pública. Segundo o artigo 18, a pensão para os alunos por cada trimestre é a seguinte: para os alunos internos 100\$000, meios-internos 60\$000, externos do ensino secundário 30\$000, externos do ensino primário 15\$000. Joia de entrada para uso de cama, colchão, travesseiro, bacia e jarra para todo tempo que o aluno estiver no colégio é de 20\$000. Para alunos que se apresentarem com a cama, sendo ela nova e das dimensões das do colégio, a joia será de 10\$000. Todos os alunos pagam em princípio de ano 3\$000 para papel, penas e tintas para todo o ano letivo.

Já o artigo 21, deixava claro que qualquer disciplina fora do currículo obrigatório, como desenho, música, esgrima e etc, deveriam ser pagas separadamente e não estavam incluídas nos valores a que se referiam o artigo 18. Além disso, o artigo 22 esclarecia que os livros utilizados no curso eram por conta dos pais. O ano letivo começava no dia 07 de janeiro.

De acordo com o plano de estudos do Colégio, no ensino primário eram desenvolvidas a leitura impressa e manuscrita,

noções gerais de gramática, composição das orações, regência gramatical, escrita, aritmética, história e geografia. No ensino secundário, por sua vez, estavam presentes o estudo dos idiomas latim, francês, inglês, alemão e grego, além do português, a aritmética, matemática, escrituração mercantil, história, geografia, retórica, filosofia, física e química.

Outro grande colégio da época foi o União (Fig. 7), que ficava na praça municipal e tinha como diretor o senhor José Morena. Da mesma forma que o colégio São Pedro, os panfletos de divulgação do colégio União davam conta da boa infraestrutura do prédio da escola e do tratamento paternal dispensado aos alunos.



FIGURA 7 – Colégio União  
FONTE: Arquivo Municipal

Em 1873, o ensino primário contava com as disciplinas de leitura, caligrafia, aritmética elementar, sistema métrico, gramática portuguesa, história sagrada e geografia elementar. Enquanto no ensino secundário as disciplinas oferecidas eram o português, latim, francês, inglês, alemão, italiano, aritmética, história, geografia, matemáticas, escrituração mercantil, sistema métrico, retórica, filosofia, desenho, música e ginástica.

Os valores cobrados pelo colégio União eram os mesmos do colégio São Pedro.

No que tange à educação das mulheres na cidade do Rio Grande, uma das escolas mais conceituadas no período deste estudo foi o Colégio Esperança (Fig. 8), dirigido pela professora Adelaide Gonzaga Alvim, que estava localizado na rua Paysandú

número 82. O colégio não aceitava pensionistas e no ensino primário dava ênfase ao português, aritmética, doutrina cristã, leitura, caligrafia e ortografia, costura, crochê, tapeçarias e bordados. No ensino secundário, a atenção era voltada basicamente ao estudo de idiomas como o francês, espanhol e italiano, e as atividades de canto, dança, desenho e aulas de piano.



FIGURA 8 – Publicidade do Colégio Esperança  
FONTE: Jornal Echo do Sul.

Como podemos perceber, a educação em meados do século XIX era muito cara. Impossível para um operário que percebia um salário médio mensal inferior a 40\$000.

### 5.1 A Escola da Fábrica Rheingantz

Praticamente desde o início de suas atividades, a Rheingantz já possuía uma política de incentivos e de responsabilidade social<sup>12</sup>. Organizou, por exemplo, uma cooperativa de consumo dos operários da empresa (Fig. 9).

Fundada com o forte apoio financeiro da empresa, a Cooperativa de Consumo dos Empregados, que está em

<sup>12</sup> Para Pesavento (1988, p. 71), “[...] as atividades de assistência social desenvolvidas pelos empresários demonstraram ser eficazes estratégias de dominação social. O resultado final desse processo era a internalização por parte do operariado, da noção de que trabalhar na União Fabril era um privilégio e que ser despedido da empresa implicava a perda de uma série de vantagens”.

franco funcionamento, com um índice mensal de vendas, de Cr\$ 1.500.000,00, e, como é de geral conhecimento, vendendo realmente barato, sendo que os artigos mais necessários, como o feijão, o arroz, a farinha, o sabão, lenha, carvão e combustíveis líquidos, tecidos e roupas – por preço de custo (BOLETIM CUF, 1955).



FIGURA 9 – Cooperativa de Consumo dos Empregados da Rheingantz  
FONTE: Arquivo particular dos autores.

Assistência médica, enfermaria, farmácia e muitos outros serviços relevantes para os operários, conforme se observa no quadro 02, que destaca o movimento cooperativo e assistencial da fábrica no mês de julho de 1956. Tal contexto fica claro no Boletim CUF de 1955:

A Sociedade Mutualidade continua incessantemente o seu programa de assistência aos empregados, 4 médicos em especialidades diversas, atendem aos associados, sempre que necessário. Clínica, cirurgia, Oto-rino-laringologia, e num ambulatório perfeitamente equipado, 2 enfermeiros prestam os seus serviços no trabalho de curativos e aplicação de injeções. É ainda prestada ajuda para casos de hospitalização. Às parturientes é concedida assistência de parteira gratuitamente. E é, em caso de morte, prestada ajuda para funeral (BOLETIM CUF, 1955).

QUADRO 2 – Movimento Cooperativo e Assistencial de julho de 1956

| <b>Movimento Cooperativo e Assistencial</b>       |                       |                                               |                  |
|---------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------|------------------|
| no mês de Julho                                   |                       |                                               |                  |
| <b>COOPERATIVA DE CONSUMO "CUFIBRAS"</b>          |                       |                                               |                  |
| Vendas no mês                                     | Conf. e Tecidos ..... | Cr\$                                          | 960.899,50       |
|                                                   | Gêneros .....         | Cr\$                                          | 1.194.412,30     |
| <b>CRÉCHE E ABRIGO</b>                            |                       | Cr\$                                          | 2.155.311,80     |
| Berçário .....                                    |                       | 16                                            | crianças por dia |
| Abrigo .....                                      |                       | 26                                            | crianças por dia |
| <b>RESTAURANTE</b>                                |                       |                                               |                  |
| Diariamente no Refeitório .....                   |                       | 106                                           | pessoas          |
| Refeições em Marmitas .....                       |                       | 460                                           | pessoas          |
| <b>SOCIEDADE MUTUALIDADE</b>                      |                       |                                               |                  |
| <b>Chamados a Domicílio</b>                       |                       | <b>Consultas em Consultório</b>               |                  |
| Dr. Walter Brum                                   | 3 Chamados            | Dr. Walter Brum .....                         | 168 pessoas      |
| Dr. Espindola                                     | 76 Chamados           | Dr. Espindola .....                           | 89 pessoas       |
| Dr. Nello Germano                                 |                       | Dr. Nello Germano .....                       | 83 pessoas       |
| Dr. Altmaier                                      |                       | Dr. Altmaier .....                            | 30 pessoas       |
| <b>Serviço feito pela Irmã:</b>                   |                       | <b>Serviço de Enfermagem feito pelo nosso</b> |                  |
| Injeções - homens .....                           | 51                    | <b>Enfermeiro em domicílio</b>                |                  |
| Injeções - mulheres .....                         | 60                    | Injeções - homens .....                       | 48               |
| Injeções - crianças .....                         | 31                    | Injeções - mulheres .....                     | 70               |
| Visitas em domicílio .....                        | 50                    | Injeções - crianças .....                     | 31               |
| <b>Serviço de Enfermagem feito no Ambulatório</b> |                       |                                               |                  |
| Injeções - homens .....                           | 360                   | Curativos - homens .....                      | 271              |
| Injeções - mulheres .....                         | 412                   | Curativos - mulheres .....                    | 304              |
| Injeções - crianças .....                         | 26                    | Curativos - crianças .....                    | 41               |
| <b>Serviço de Obstetria:</b>                      |                       |                                               |                  |
| (a cargo da Parreira da Sociedade) .....          |                       |                                               | 6 partos         |

FONTE: Boletim CUF - 08/1956.

Também era oferecido, pela Mutualidade (Fig. 10), o serviço de uma “biblioteca, aulas noturnas, uma farmácia devidamente instalada, uma banda de música, bilhar e outros jogos” (BOLETIM CUF, 1956).





FIGURA 10 – Sociedade Mutualidade  
FONTE: Arquivo Municipal.

A partir de 1881, começam as aulas na fábrica Rheingantz de forma obrigatória para os funcionários menores de idade.



FIGURA 11 – Escola Comendador Carlos Guilherme Rheingantz  
FONTE: Boletim CUF, 1956.

A escola da fábrica está adaptada a ideia de educação da época que estava relacionada, como vimos anteriormente, à formação integral do indivíduo, formando o caráter mediante a aprendizagem da disciplina social. De qualquer modo, parece a

escola da Rheingantz foi a primeira a ser criada pelo setor empresarial para qualificação dos funcionários no Rio Grande do Sul.

No ano de 1886, a escola contava com 42 alunos divididos em duas turmas. Os alunos se revezavam entre o trabalho e os estudos.

A escola funciona no edifício da Sociedade de Socorros Mútuos, construído no terreno da fábrica de lãs, com o saldo da caixa da mesma associação e o resto que foi aplicado, para esse fim, dos dinheiros da Caixa Econômica. Considero ser conveniente que a empresa chame a si esse edifício, já que serve de sala principal para a escola, proporcionando desse modo aos operários o uso gratuito do prédio (RHEINGANTZ, C. G., RELATÓRIO, 1886).

A obrigatoriedade acaba no ano de 1895, pelo fato de muitos pais não concordarem com o não pagamento das horas em que os filhos estavam estudando. A fábrica passou a assumir todas as despesas decorrentes das aulas, como por exemplo, professor, livros, penas etc.

Da mesma forma, destaca o relatório de 1886: “Continua florescendo a referida associação beneficente que, além do salão de aula, tem no novo edifício sala para bilhar e outra para leitura e biblioteca na qual celebra suas reuniões”. Carlos Guilherme, no mesmo relatório, afirma que “tudo ocorre ali (Mutualidade) para unir os operários entre si e ao estabelecimento que os alimenta, oferecendo-lhes diversões amenas e instrutivas”.

### QUADRO 3 – Números de matriculados

| Ano  | Nº de Alunos |
|------|--------------|
| 1881 | 24           |
| 1884 | 31           |
| 1885 | 40           |
| 1886 | 42           |
| 1887 | 50           |

FONTE: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios da Fábrica Rheingantz

No final do século XIX, além dos funcionários menores de idade, podiam frequentar as aulas os filhos de funcionários com idade inferior a 13 anos. Também aconteciam, à noite, aulas para os

funcionários maiores de idade que desejassem “um pouco mais de instrução”.

Durante muitos anos, a escola da fábrica foi considerada um exemplo pela Comissão Escolar do Município, que descava os excelentes resultados obtidos pelos alunos. (RELATÓRIOS, 1884 a 1930).

No ano de 1912, foi inaugurado um prédio para uso exclusivo das aulas, que foi denominado, primeiramente, de Escola Companhia União Fabril, Fig. 12, depois de Colégio Comendador Carlos Guilherme Rheingantz.



FIGURA 12 – Inauguração da Escola União Fabril  
FONTE: Boletim CUF, 1954.

## 6. Conclusão

Apesar deste estudo ainda estar em uma fase embrionária é possível concluir que o início da constituição de um sistema escolar

no Brasil enfrentou grandes dificuldades pela falta de recursos, poucos professores e o pouco interesse dos pais pela instrução dos filhos, embora um estudo mais aprofundado demonstre que leis e regulamentações eram promulgadas, na tentativa de criar uma política de desenvolvimento educacional. Entretanto, apesar dessas leis e normas, na prática, muito pouco era executado, quase nada saiu do papel.

No que tange ao Rio Grande do Sul foi ainda pior. A inserção tardia aos domínios lusitanos e a instabilidade administrativa oriunda desse fato, segundo Luchese e Corsetti (2011), afetou também o setor responsável pela instrução. Em 1846, em toda a província existiam apenas 51 escolas elementares.

Na cidade do Rio Grande a instrução surge inicialmente com pequenas aulas de primeiras letras e idiomas, na grande maioria para quem pudesse pagar por elas. A primeira escola data de 1859, somente em alguns anos depois é que a instrução pública se consolida na região. Em 1875 havia quatro aulas públicas em Rio Grande, duas delas para meninos e duas exclusivamente para meninas que atendiam um número bastante limitado de crianças. Em virtude disso e também na busca constante por qualificar o seu quadro de funcionários, em 1881, a fábrica Rheingantz inaugura, o que parece ser a primeira iniciativa desse gênero por uma empresa no Rio Grande do Sul, uma aula para instrução de primeiras letras, ler, contar e caligrafia, para seus funcionários menores de idade. Posteriormente, passa a funcionar também a aula noturna e aos domingos para todos os funcionários que desejassem.

Ainda há um caminho longo a percorrer e muitas horas precisam ser dedicadas a buscas em bibliotecas, periódicos, jornais etc. para desenvolver em bom termo este trabalho.

## 7. Referências

ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALTMEYER, Flávia de Lima; CARNEIRO, Oscar Décio. Cidade do Rio Grande, 270 anos, a mais antiga do estado. *Caderno de história Memorial do Rio Grande do Sul*, n. 33, 2009.

ARÓSTEGUI, Julio. *La investigación histórica: teoría y método*. Barcelona: Crítica, 1995.

ARRIADA, Eduardo. *A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. Jundiaí: Paco, 2011.

- AZEVEDO, Esterzilda B. *Patrimônio Industrial no Brasil*. USJT – arq. Urb – n. 3/ primeiro semestre de 2010.
- BARDIN, Laurence. *L'analyse de contenu*. Paris: PUF, 1995;
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes/Unicamp, 3 ed.,1997.
- BENTHAM, Jeremy. *An introduction to the principles of morals and legislation*. 2 ed. Londres: 1823. Reimp.: Buffalo: Prometheus Books, 2001.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 1., n. 2, nov. p. 141-163, 1981.
- BITTENCOURT, Ezio R. *O Conservatório de Música da Cidade do Rio Grande: 1922-1954*. Rio Grande, 1993. Monografia (graduação em História) – FURG, 1993.
- BLAY, E. A. *Eu não tenho onde morar*: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *A investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1980.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1937*.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHAVES, A.J.G. Memórias econômico-políticas [01-185]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Ano II. II e III trimestre. N. 06/07. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1922.
- COPSTEIN, Raphael. O Trabalho estrangeiro no município do Rio grande. *Boletim gaúcho de Geografia*, n.4. Porto Alegre, 1975.
- \_\_\_\_\_. Evolução Urbana do Rio Grande. Porto Alegre, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 122, p. 43-68, 1982.
- CORSETTI, Berenice; LUCHESE, Terciane. A educação e a Instrução na Província do Rio Grande do Sul [453-485]. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHEIDER, Omar. (Org.). *Revista Perspectivas Sociais Pelotas*, Ano 2, N. 1, p. 86-100, março/2013.
- CIAVATTA, M. A Cultura do Trabalho e a Educação Plena Negada. *Revista Labor*. N. 5, v. 1, 2011.
- DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio grande do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão-Ed. PUC-RS, 1990.
- FARIA FILHO, L.M. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo. Atlas. 1991
- KERLINGER, Fred N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*; um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/EDUSP, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart (1990). *Le Futur passé – Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3 ed. ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia
- Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- LOZANO, Jorge E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In:
- LOCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1975. p. 122
- LUZ, Nícia V. *A Luta Pela Industrialização do Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, v. 3, 1978.
- FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- FONTOURA, E. B. *Sinopse da História do Rio Grande 1737/1822*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985.
- LUDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU,1986.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINS, Solismar F. *Cidade do Rio Grande: Industrialização e urbanidade*. Rio Grande: FURG, 2007. v. 1. 245 p.
- NUNES, Zilda Clarice Rosa Martins. História da Educação: espaço do desejo. Em Aberto - *Revista do INEP/MEC*, Brasília, v. IX, n.47, p. 37-45, 1990.
- NÓVOA, António. Educação 2021: Para uma História do Futuro, *Revista Iberoamericana de Educacion*, 2009.
- PAULITSCH, Vivian S. *Rheingantz, uma vila operária em Rio Grande*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2008.
- PEREIRA, J. M. D. e ARENDT, M. O Desenvolvimento da Indústria Gaúcha no Séc. XX. In: *Anais do 1º Encontro de Economia Gaúcha*, Porto Alegre, 2002.
- PESAVENTO, S. J.; FAGUNDES, L. K.; KUMMER, L.; STEPHANOV, M. *Memória da Indústria Gaúcha*. (1889-1930). Porto Alegre: UFRGS; FEE,

1987.

\_\_\_\_\_. *História da Indústria do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Riocell, 1985.

PINHO, A. A. *Uma Viagem ao Sul do Brasil*. Tipografia Souza, Rio de Janeiro, 1872.

PRINS, Gwyn. "História oral". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

QUEIROZ, Maria L. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: FURG, 1987.

RAPOSO, G. R. A educação na Constituição Federal de 1988. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 641, 10 abr. 2005. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/6574>>. Acesso em: 24 outubro. 2012.

REGO, J. M. & MARQUES, R. M. (org.). *Economia Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMANELLI, O. *História da Educação no Brasil*. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 20 ed. São Paulo. Cortez Editora/Autores Associados, 1998.

SCHMIDT, B. B. A diretora dos Espíritos de Classe: a "sociedade união operária" de Rio Grande (1893-1911). *Cadernos AEL*, v.6, n10/11, 1999.

SCHNEIDER, Regina P. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/EST, 1993.

SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, B. (org). *O Brasil Republicano, III. Economia e Cultura (1930 – 1964)*. São Paulo: Difel. 1984.

SINGER. P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SILVA, Rogério Piva. *O Valor Econômico do Patrimônio Cultural: o caso da Fábrica Rheingantz em Rio Grande – RS*; Dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et. al.. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. (orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. v. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAMBARA, Elomar. *Introdução à História da Educação no Rio Grande do*

Sul. Pelotas: Seiva, 2000.

TAMBARA, E. A. C.; XAVIER, L. ; PINHEIRO, A. C. F. (Org.) . *História da educação no Brasil*. 1. VITORIA: EDUFES, 2011. v. 1. 320p

STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus. 1979. Original em inglês de 1957.

SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Ed. da UNICAMP / Hucitec. 2000.

TARGA, L. R. P. O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. *Ensaio da FEE*, Porto Alegre, v. 2. n. 9., 1988, p. 147-158.

TOZONI-REIS, M. F. C. Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 8, n. 1, p. 83-96, 2002.

TORRES, Luiz Henrique. *Câmara Municipal do Rio Grande: Berço do Parlamento Gaúcho*. Salisgraf, 2001.

TORRES, Luiz Henrique. *Carlos Santos: trajetória biográfica*. Porto Alegre: CORAG, 2004. 220p.

TURAZZI, M. I. *A euforia do progresso e a imposição da ordem*. A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao século XX. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

VALLE, H. S. Entre o Público e o Privado: A Instrução na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul do Séc.XIX (1822-1889). *História e-História*, v. s/v, p. 1-14, 2012.

WERLE, F. O. C. Políticas de instrução pública no século XIX como eco de experiências internacionais. *Educação*, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 173-181, maio/ago./2008.

BOLETIM DA COMPANHIA UNIÃO FABRIL – diversas edições.

18ª DELEGACIA DE EDUCAÇÃO (Vários documentos).

DECRETO 7.776 de 1909

DIRETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA – Almanack Escolar do Estado do RS, 1935.

RELATÓRIOS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (vários anos).

REVISTA PAULISTA DE INDÚSTRIA, N. 41, DEZ/1955, ANO V – SEPARATA